

O saldo dos ágios e a renovação da agricultura

PLINIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Diretor da S. R. B.

A atual administração federal tomou duas iniciativas dignas de aplauso. Instituiu o plano de recuperação da lavoura cafeeira e, por decreto de ontem, o plano de expansão econômica da triticultura nacional. É a aplicação parcial das sobretaxas de câmbio, arrecadadas nos termos da lei 2.145, de 29.12.1953, e destinadas, conforme a própria lei preciza, à modernização da produção agrícola e recuperação da lavoura nacional.

São, afinal, indícios de que o governo começa a se preocupar com a lavoura

Não se ignora que a situação atual do cacáu baiano não é animadora, pois embora a safra tenha se escoado para os mercados consumidores externos, a queda brusca e vertical no nível dos preços criou uma forte crise naquela importante área da nossa produção. Por outro lado, torna-se de fato indispensável melhorar as condições competitivas daquela produção brasileira, com maior racionalização dos seus métodos de cultura. Demais, a aplicação dessa soma de 1,2 bilhões de cruzeiros constitui de certo modo uma restituição, pois o cacáu baiano é uma das nossas principais fontes de divisas, contribuindo nos últimos 3 anos com mais de 350 milhões de dólares. O trigo não é, no nosso país, mercadoria de exportação, mas passa a constituir um dos mais onerosos itens na pauta das nossas importações. O abastecimento do mercado interno pelo trigo brasileiro, objetivo que não está longe de se realizar, representa uma volumosíssima liberação de cambiais. É natural, por isso, que procuremos fomentar-lhe a cultura, em áreas propícias a esse desenvolvimento, como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atacando e resolvendo o problema mais fundamental dessa expansão, que consiste na criação de uma eficaz rede de silos e armazéns. Notícias provenientes do Sul dão-nos idéia bem precisa do drama da nossa incipiente triticultura. Mas o café?

A disposição do governo em atender às necessidades mais prementes da triticultura e da lavoura cafeeira animam-nos a esperar que alguma coisa também se faça para a melhoria das condições técnicas da produção do café.

A atividade cafeeira mantém-se rotineira, na generalidade de suas áreas de exploração a ponto de se fixar o conceito, expandido por V. D. Wickiser, em seus excelentes trabalhos sobre a economia cafeeira, de que a cafeeicultura é o ramo da grande agricultura que menos tem-se aproveitado do progresso técnico agrônomo.

A idéia dominante nos meios oficiais São Paulo, Maio de 1957

brasileira, procurando elevar-lhe o nível técnico.

Na lavoura cafeeira, as inverções ascenderam à soma de 1,2 bilhão de cruzeiros e na de trigo em cerca de 3,0 bilhões. Calculado o saldo dos ágios em 10,0 bilhões de cruzeiros, pois a parte mais volumosa dessa arrecadação tem sido aplicada no pagamento de bonificações aos exportadores, vemos, com satisfação, que cerca de quase 50% desse saldo já se encaminhava para a atividade condutora da economia nacional, que é a economia agrária.

da alta rentabilidade da lavoura cafeeira tem afastado a possibilidade de um efetivo amparo da União no campo da produção. É pensamento corrente, e essa idéia é partilhada principalmente pelo atual Ministro da Fazenda, de que o cafeeiro dispõe de fortes recursos acumulados para poder, por iniciativa própria, melhorar sua planta de produção. Por outro lado, alguns comentaristas apressados, dentro do próprio Estado, não se cansam de alinhar a distorção na aplicação de grande da renda do produtor para os lucrativos investimentos imobiliários no Capital, quando, efetivamente, sabemos que são bem raras os cafeeiros com investimentos de arranha-céus em São Paulo.

A ausência, até há pouco, de um planejamento racional da produção contribuiu também, e sensivelmente, para esse alijamento da União em relação ao desenvolvimento da cafeeicultura brasileira.

É inteiramente falsa a visão otimista da situação financeira da cafeeicultura. É preciso que o governo federal retifique esse seu juízo, de que a situação do mercado é estável e de que a cafeeicultura em S. Paulo continua sendo uma atividade muito rendosa, para poder suportar os onus, cada vez mais pesados, por força do crescente desenvolvimento da espiral inflacionária, do atual sistema cambial, e que possa também dispensar à produção o amparo econômico da União.

Estimativas recentes da Secretaria da Agricultura apontam a queda sensível do rendimento monetário da cafeeicultura paulista, a ponto de provocar, nas duas últimas safras, perigosa situação deficitária na média da produção.

Esse desequilíbrio, tendo como causa mais direta a sensível baixa no índice de produtividade das lavouras de café de S. Paulo, é fortemente agravada pela exagerada participação da União nas receitas provenientes das explorações do café pelo atual sistema de taxas múltiplas de câmbio.

A Sociedade Rural Brasileira, em 1953,

lançou as bases fundamentais de uma política de produção cafeeira, que consiste principalmente na fixação do café em sua área ecológica aconselhável e que se encontra em S. Paulo, no Sul de Minas e no norte velho do Paraná.

A renovação dos nossos cafezais obedece ao objetivo de elevar-se qualitativamente a nossa produção, dentro de perfeitas condições de economicidades, como está demonstrando a experiência de Campinas, dando ainda condições de permanência à cultura.

O reaproveitamento das melhores áreas do mundo de cultivo, nas quais a produção é de café de boa bebida independentemente de qualquer processo especial de beneficiamento, significa a extinção do ciclo da cafeeicultura de mineração, que tem sido responsável, entre nós, da crescente baixa na qualidade do produto e das instabilidades tremendas nos níveis da produção com os riscos constantes de calamidades climáticas.

O plano, porém, da renovação da cafeeicultura, nos moldes preconizados pela Rural, entregue, apenas, à iniciativa privada, não sairá do círculo estreito da experimentação, como se vê em Campinas, sem possibilidade de expansão por outras áreas do Estado.

Torna-se indispensável, conforme acentuou a Sociedade Rural Brasileira, a formação de uma política creditícia, especial, para esses novos investimentos na cultura do café. Os recursos, para esse esquema de renovação, se encontram no mesmo fundo onde o trigo gaúcho e o cacáu baiano foram-lhe beneficiar, isto é, nos saldos das sobretaxas cambiais.

Alinal de contas, a receita cambial, em sua quase totalidade, provém da cafeeicultura, e não é justo que num momento em que bem pensa a União em elevar o nível técnico da atividade rural, servindo-se desses recursos, fique de lado a principal cultura, que é o café, a qual, tanto quanto as outras, no nosso país, precisa ser modernizada.

A resistência do Governo Federal em atender das reivindicações dos cafeeiros procede da falsa convicção de que continua muito elevada a rentabilidade da cultura cafeeira. É um puro engano. A forte crise, que já atinge a nossa indústria que não produz senão para o consumo interno, e a sensível diminuição no ritmo das atividades do nosso comércio, é um reflexo, bem sintomático, da situação de desequilíbrio da agricultura sujeita a fortes instabilidades de rendimento. Sofrem aquelas atividades produtoras a repercussão da crescente diminuição do poder de compra da massa rural.